

Caracterização e situação dos assentamentos dos trabalhadores rurais “sem-terra” no Estado do Paraná.

Prof. Ms. Ernesto Odilo Franciosi
Departamento de Economia
UNICENTRO, Guarapuava, Paraná.

Resumo. A questão agrária brasileira é complexa pois enfrenta no campo sérios problemas de ordem estrutural a serem superados, como por exemplo: o desemprego, a renda do trabalhador, a participação do setor agrícola, a estrutura agrária. Como solução do problema de desemprego no campo, da propriedade improdutiva, do latifúndio que individualiza o que deverá ser coletivo, da propriedade que não cumpre suas funções sociais, parte da sociedade através de seus movimentos, principalmente o MST, pressionou o Governo a conceber e executar seu Projeto de Reforma Agrária. A Reforma Agrária está sendo implementada em quase todos os estados brasileiros e particularmente, com bastante ênfase, no Paraná, onde procuramos levantar alguns dados sobre os assentamentos e sobre a alternativa das Vilas Rurais, que representa o Projeto do Governo do Estado. O ponto central do Projeto é a questão do assentamento de milhares de famílias de trabalhadores rurais, que não se resolve simplesmente com a cessão de uma área de terra. É fundamental que os assentamentos tenham infra-estrutura básica e implementem ações no sentido de se tornarem auto-sustentáveis, como condições básicas de sobrevivência. Com raríssimas exceções, a experiência mostra que os assentamentos só conseguirão se auto-sustentar com muito trabalho, muita organização e principalmente se optarem pela produção coletiva e cooperada. É a força da união de todos em torno de um interesse único que está garantindo o desenvolvimento e a própria existência dos assentamentos considerados modelo.

Palavras-chave: assentamento, coletivo, trabalhador, cooperativa, trabalhador.

Abstract. The Brazilian agrarian question is complex because it faces serious problems of structural order that need, to be superated, as an example: the

unemployment the workers low income, the unsatisfactory participation of agricultural sector, the heterogeneous agrarian structure. As a solution to the problems of unemployment in the country, of infertile land, of the latifundium that individualizes something that showed be collective, and of landownership that does not execute its social functions, part of the society, through its revolutionizing movements, mainly the MST (Landless-people movement), is pressing the government to conceive and execute its Land Reform Project. The Land Reform is being implemented in almost all Brazilian states and particularly, with great emphasis, in the Paraná State, where we intend to find data concerning the land less people's settling and about the rural villages alternative, which is a State Government's Project. The main concern of the project is the question of settling of thousands of rural workers families that is not solved simply with the land cession. It is fundamental that they receive basic infra-structure and that actions are implemented in order to permit their self-maintenance and, as basic conditions of survival.

The experience shows that such settlements will only be self sustained with hard work, a lot of organization and mainly if they opt for a collective and cooperative production. It is the group strength over a objective single profit that is assuring the development and the very existence of the settlings which are considered as modelo.

Key-words: land subsiding, collective, worker, cooperative, worker.

O Paraná é um dos estados onde mais aconteceram conflitos pela posse da terra e onde, hoje, o número de acampamentos e assentamentos é bastante significativo. Muitas são as razões que explicam a existência desse panorama e dentre elas, destacamos as modificações da estrutura agrária do Estado, ocorridas principalmente nas últimas décadas.

A partir de 1950, o Paraná sofreu intenso processo de colonização, através do qual várias companhias colonizadoras receberam do Estado enormes áreas com milhares de hectares de terras agricultáveis, como forma de pagamento às contribuições para campanhas políticas. Nessas áreas, já existiam colonos e posseiros que foram sendo, pelas companhias colonizadoras, pressionados a pagar lotes que já eram seus por posse ou aquisição há muito tempo. Essa situação desencadeou, em 1957, o conflito denominado “a revolta dos posseiros”.

Mais recentemente, a partir do final da década de 70, houve outras manifestações por parte dos colonos agricultores, embora pacíficas, contra o Estado, em função das desapropriações de suas áreas de terras férteis, inundadas pelas represas das novas usinas hidrelétricas de Salto Santiago e Itaipu. O contingente de pessoas que teve

que abandonar suas propriedades rurais atingiu a marca de quase 50 mil. Muitas dessas pessoas vieram a engrossar a fileira dos “sem-terra”.

No Estado do Paraná, a área agricultável, só nesta última década, reduziu-se em 752.232 hectares ou seja 4,5% do total, e o número de propriedades agrícolas reduziu-se em 96.522 unidades ou seja 20,7% do total. Isso, logicamente, significa um contingente de pessoas cuja grande maioria teve sua condição produtora desestruturada e que doravante passaram a engrossar as fileiras dos que andam à procura de novas terras para trabalhar.

Além disso, a agropecuária passou por um processo de modernização cujo resultado, em termos de emprego, é o uso cada vez menor da mão-de-obra. Em 1995 mais de 300 mil, ou seja, 81% do total dos estabelecimentos agrícolas, estavam sendo explorados unicamente pelo responsável e seus familiares. E essa tendência deve permanecer, não pela vontade dos responsáveis pelos estabelecimentos, mas pela necessidade de sobrevivência, gerada pelas regras impostas pelo mercado, que em última instância, é reflexo da economia nacional e, principalmente, resultado de um processo de globalização.

Ora, tanto o pequeno agricultor proprietário ou mesmo responsável por um estabelecimento agrícola quanto o simples trabalhador rural que perderam seus postos de trabalho, passaram à condição de “sem-terra”, cuja meta doravante passa a ser a reincorporação ao processo produtivo. Se a tábua da salvação mais próxima for um acampamento ou um assentamento é ali que o indivíduo se estabelece.

Numa tentativa de minorar esse problema, o Governo do Paraná, desde 1997, vem implementando uma política de combate à pobreza no meio rural, como alternativa atenuante ao problema do desemprego do trabalhador do campo, através do projeto de Vilas Rurais. Trata-se de um projeto concebido e financiado pelo governo estadual, que visa a instalar vilas rurais em áreas de distritos próximos às sedes municipais, onde haja estradas para deslocamento de trabalhadores e escoamento da produção e infra-estrutura social comunitária completa.

Essas Vilas destinam-se principalmente aos trabalhadores rurais que residam em sub-habitações localizadas preferencialmente na região, que possuam família numerosa, que trabalhem sazonalmente como bóias-frias ou diaristas em propriedades rurais das imediações. Segundo esse critério, a seleção fixa o homem em sua região, possibilita sua ascensão social, reduz a possibilidade de tornar-se um “sem-terra”, instalado em um acampamento qualquer e evita a migração da “miséria”. O trabalhador selecionado torna-se proprietário da casa em que passa morar, criando raízes, porquanto não poderá vender o imóvel a terceiros. Caso o trabalhador não se adapte às condições da Vila, será substituído, visto que faz parte do projeto a concessão para um período de experiência de 6 meses.

Nas Vilas Rurais, cada um dos 40 trabalhadores teria um lote de 5.000 m², com uma casa de 44,5 m², construída em regime de mutirão e financiada pela Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR) com um prazo de pagamento de 30 meses e com 6 meses de carência. O Estado constrói toda a infra-estrutura necessária, e através de seus órgãos presta assistência técnica e de extensão rural, em conjunto com os beneficiários e o Conselho Municipal elabora uma proposta de desenvolvimento sócio-econômico que incluam alternativas de emprego e renda principalmente. Os moradores das Vilas podem trabalhar tanto interna como externamente, como for melhor para si e sua família. Dessa forma cada trabalhador tem seu lote e sua casa dentro de uma comunidade que lhes garante educação, saúde e lazer. Esse projeto é uma parceria entre o Estado e Trabalhador, em que cada um tem seus direitos e obrigações e estão sujeitos às penas da lei. É uma experiência que está dando certo e que poderá se expandir para todos os municípios do Estado, porém não é a solução para todo o imenso contingente de trabalhadores rurais “sem-terra”, até porque não são todas as pessoas que se adaptam a esse modo de vida.

Como ainda não há uma solução definitiva capaz de estender moradia e terra a todos os trabalhadores do campo, eles continuam a reivindicar, a seu modo, o seu quinhão de terra, ou seja, ainda continuam a instalar acampamentos e ocupações de áreas rurais que possam se transformar em assentamentos legalizados.

Embora as fontes sejam escassas e bastante díspares, procuramos mostrar, na seqüência, o panorama geral dos assentamentos no Estado do Paraná. Segundo o Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA), em dezembro de 1998, no Paraná, localizavam-se 131 projetos oficiais de assentamentos. Fontes da Secretaria do Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) do Paraná, informavam que, no Estado, havia, em agosto de 1998, um número de 156 assentamentos com 8.614 famílias, espalhados em 74 municípios distintos. Nesses assentamentos, verifica-se um grande diferencial em relação ao número de famílias que os compõem, que vai de um mínimo de 3 famílias a um máximo de 900 famílias.

Do primeiro assentamento, criado em 1984, até os 5 criados em 1998, tivemos alguns períodos em que não houve a criação de nenhum assentamento, como, por exemplo, os anos de 1990 e 1991, que foram os dois primeiros anos do governo Fernando Collor de Melo, o qual em nada contribui para a questão da Reforma Agrária brasileira.

Ressaltamos, que entre os 156 assentamentos acima mencionados, constam 7 assentamentos realizados pelo Governo do Estado do Paraná, com 226 famílias, 7 Projetos de Colonização, com 765 famílias e 4 Projetos de Reassentamento das Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL), com 225 famílias. Os Projetos de Colonização e Reassentamento não são considerados de Reforma Agrária, pois resultam de ações públicas ou privadas pelas compensação de terras desapropriadas para execução de obras de infra-estrutura das usinas.

Outra fonte, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA), apresenta relação diversa quanto ao número de Assentamentos no Estado do Paraná. A Divisão de Assentamentos e Conflitos Agrários da SEMA aponta para um número de 99 áreas de assentamentos com 9.046 famílias. Esses números, portanto, diferem tanto das 156 áreas de assentamentos apresentadas pelo MST, como das 131 apresentadas pelo Governo Federal através do INCRA.

Segundo pudemos observar, as diferenças entre as relações de assentamentos apresentados pelo MST, pela SEMA e pelo INCRA se justificam, em razão de critérios diferenciados que cada órgão adota para considerar uma ocupação como “assentamento”. O MST considera, como assentamento, a área ocupada que tenha sido objeto de negociação e tenha recebido parecer favorável dos órgãos governamentais, independente do trâmite legal dos documentos. Para o governo, o assentamento só é reconhecido como tal, quando a questão legal estiver concluída. Portanto, a relação dos assentamentos apresentada pelo MST, a nosso ver, corresponde mais à realidade.

Dentre os existentes no Paraná, observa-se a existência de assentamentos em estágios de desenvolvimento bastante diferenciados, o que se explica em função das características e especificidades de cada um. Fatores como qualidade do solo e tamanho da área, número de famílias, modo de exploração da atividade agrícola, tipo de orientação a que estão submetidos, forma de administração, entre outros, são fundamentais para o resultado final. Outro fator a ser considerado, nesse contexto, é a queda de renda de alguns assentamentos pela perda de sustentabilidade econômica.

Os assentamentos que têm se organizado de forma coletiva têm procurado desenvolver como se fosse uma empresa têm obtido melhores resultados em relação aos que estão explorando a atividade de forma individual. Ainda com melhores resultados, estão se destacando os assentamentos que trabalham de forma coletiva e se organizam em cooperativas.

Na grande maioria dos assentamentos, as dificuldades têm sido enormes, visto que, ao optarem pelo trabalho em lotes individuais, criaram inconscientemente barreiras quase intransponíveis para se chegar a um desenvolvimento apenas razoável em seu padrão de vida. Os assentados que estão nessa condição trazem, em suas raízes, o trabalho individual e, no máximo, admitem a participação da família, o que lhes traz falsa sensação de domínio e segurança. Esse modo de trabalho tem poucas chances de sucesso, e a experiência mostra que, mesmo quando o esforço é grande, o resultado obtido é pequeno. O indivíduo não dispõe de capital e nem acesso a técnicas e tecnologias que lhes possam garantir produtividade, portanto, por mais esforço que dispense em sua labuta solitária, o resultado é apenas a sobrevivência no mais baixo patamar da dignidade humana.

Nos assentamentos que optaram pelas ações individuais, a carência é quase completa, indo desde a falta de um planejamento adequado até a estrutura de comercialização. O mercado não lhes é favorável por falta de produção em escala, os

investimentos são poucos e os financiamentos de difícil obtenção, o acesso às novas tecnologias é quase impossível, enfim, a própria atividade agrícola passa por um momento nebuloso e a expectativa de um futuro melhor é quase nula.

Entre os assentamentos de ação individual e os de ação cooperada encontramos os que optaram pela ação associada, ou seja, trabalham sob a égide de uma associação comunitária. Cada assentado trabalha individualmente seu lote, porém o resultado é comercializado em conjunto pela associação, que, além de desempenhar funções comerciais, desempenha funções econômicas e sociais. A associação é criada com recursos dos associados e administra o assentamento de forma a dotá-lo de uma infra-estrutura adequada e capacidade de investimentos que o torne viável. Dessa forma, fica o agricultor desvinculado das atividades administrativas e concentra seus esforços nas tarefas produtivas, que são, segundo presume-se, sua área de atuação. Nesses assentamentos, os resultados nem sempre são positivos, mas ainda se consegue delinear um horizonte de esperanças, se o desempenho das associações for positivo, o que, diga-se de passagem, não é tarefa fácil e nem acontece por acaso.

Finalmente, uma última categoria de assentamentos: os que estão estruturados em ações coletivas e organizados em cooperativas. Esses assentamentos, via de regra, superaram gradativamente, mas não sem dificuldades, as resistências ao individualismo e incorporaram a filosofia do coletivo em suas atividades cotidianas nas lidas do campo. Ainda tiveram a visão de preparar-se para o futuro da maneira mais eficiente ao seu alcance, ou seja, aderir à filosofia cooperativista.

A cooperativa não é a solução para todos os problemas dos assentamentos, mas tem sido praticamente uma das únicas soluções ao alcance dos assentados, visto que essa organização forma seu capital através da contribuição dos associados à medida ou à proporção que este produz. Ninguém contribui mais ou recebe mais do que lhe confere a sua produção ou seu trabalho e a cooperativa atua como uma verdadeira empresa, sempre em busca de resultados positivos. Há, na estrutura cooperativista, todo um planejamento que, de certa forma, torna mais fácil cumprir as metas e atingir os objetivos pretendidos.

Até mesmo os assentamentos organizados em cooperativas enfrentam dificuldades econômicas e financeiras, em função da dinâmica dos negócios, além de não estarem livres das adversidades dos mercados. Essa realidade já foi percebida por dirigentes de cooperativas de assentamentos, que tivemos oportunidade de conhecer e que nos transmitiram a preocupação com a necessidade de praticar uma agricultura eficiente e, ao mesmo tempo, com a industrialização da sua produção. A produção e a comercialização já não estão sendo suficientes para sustentar assentamentos; é necessário que as cooperativas criem suas unidades industriais para que consigam completar o ciclo produção-industrialização-comercialização, auferindo resultados em todas as etapas, se possível.

Como já relatamos, no Estado do Paraná, existem, segundo o MST, 156 assentamentos de características muito díspares, que se enquadram nas situações acima descritas. A grande maioria dos assentamentos foram implantados e estão organizados numa estrutura individualista, até porque seu tamanho e população não lhes oportuniza o coletivo. Outros entenderam que o melhor seria optar por uma organização baseada em atividades norteadas por associações comunitárias, e uma minoria descobriu as vantagens do sistema cooperativista.

Evidentemente não conhecemos a grande maioria dos assentamentos, mas podemos citar alguns que, em razão de terem conseguido se organizar e se estruturar de forma eficaz, quer no associativismo quer no cooperativismo, vêm se destacando dentro desse universo. Esses assentamentos, inclusive, receberam do INCRA, por apresentarem resultados positivos em suas atividades produtivas e administrativas, a denominação de “Melhores Projetos de Assentamento” do Paraná. Os assentamentos que se destacaram foram:

- Assentamento Santa Maria, localizado no município de Paranacity, criado em 1992, em uma área de 235 hectares, com 23 famílias. Destaca-se na produção de leite, milho e feijão;
- Assentamento Novo Paraíso, localizado no município de Boa Ventura de São Roque, criado em 1989, em uma área de 976 hectares, com 42 famílias. Destaca-se na produção de soja, milho e feijão. Produz também peixes, suínos, mel, erva-mate e confecciona uniformes de malha;
- Assentamento Butiá, localizado no município de Clevelândia, criado em 1984, em uma área de 457 hectares, com 80 famílias. Destaca-se na produção de hortifrutigranjeiros e cana;
- Assentamento Sávio Dois Vizinhos, localizado no município de Medianeira, criado em 1986, em uma área de 1.098 hectares, com 100 famílias. Destaca-se na produção de fios de seda (bicho-da-seda);
- Assentamento Água da Prata, localizado no município de Tamarana, criado em 1985, em uma área de 479 hectares, com 93 famílias. Destaca-se na pecuária leiteira.

Destacamos as principais culturas e atividades que proporcionam maior receita nesses assentamentos, mas também, em todos eles, se produziam outras culturas tradicionais e os principais alimentos de origem animal e vegetal, que vão à mesa diariamente.

Observamos, ainda, que a luta diária é praticamente igual em todos os assentamentos, apenas os resultados são diferentes, em função da organização, da estrutura e do modo de trabalho. Acima apresentamos alguns exemplos de assentamentos que apresentaram melhores resultados, mas com isso não estamos afirmando que os demais não têm desempenhado suas atividades com êxito, apenas não apresentaram a mesma performance. Os próprios assentados, reconhecendo as dificuldades que enfrentam e

analisando seus resultados, estão procurando, através da autocrítica, o aprimoramento. O MST tem desempenhado papel importante no sentido da orientação aos assentamentos que ainda não conseguiram um melhor desenvolvimento. Acreditamos que novos caminhos devam ser trilhados e novas atitudes adotadas no sentido de um revigoramento dos assentamentos que ainda não encontraram seu ponto de equilíbrio econômico, para que obtenham a auto-suficiência e o caminho do desenvolvimento.

Referências

FERREIRA, A. D. D. Movimentos Sociais Rurais no Paraná. In: *Movimentos sociais no campo*. Curitiba: Criar, 1987.

FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE – *Censo Agropecuário do Paraná 1995/1996*. Rio de Janeiro: Impresso. 1998.

GERMER, C. O Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro e a Reforma Agrária. In: *A questão agrária hoje*. Porto Alegre: Universidade, 1994: p.145.

GOMES, I. Z. *1957 a Revolta dos Possesiros*. Curitiba: Criar, 1986.

GORGEN, S. A. ; STÉDILE, J. P. *Assentamentos: a resposta econômica da Reforma Agrária*. Petrópolis: Vozes, 1991.

GUANZIROLI, C. *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Edunesp, 1994.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. *Informes do Projeto de Reforma Agrária*. Disponível na Internet em jan/99 no endereço <http://www.incra.gov.br>, Brasília: 1999.

MARTINS, J. S. O sentido do associativismo empresarial no Brasil agrário. In: (Org.) *Szmrecsányi e Quevedo Vida rural e mudança social*. 3.ed. São Paulo: Nacional, p.204 - 215.

MEDEIROS, L. S. *Reforma Agrária nos Anos 90*. Rev. Universidade e Sociedade. São Paulo: ano V. n. 9, Out/1995, p.24 a 27.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST. *Informes dos Assentamentos*. Secretaria Estadual do Paraná. Curitiba: 1999.

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEMA. *Informes dos Assentamentos*. Curitiba: 1999.

SILVA, J. G. *A Estrutura Agrária do Estado do Paraná*. Rev. Paranaense de Desenvolvimento. [s. n.] 87, jan./abr.1996, p.175-195.